



PREFEITURA DE SÃO PAULO

SUBPREFEITURA DE PINHEIROS

Gabinete do Subprefeito

Viaduto do Chá, 15, - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01020-900

Telefone:

Subprefeitura de Pinheiros

Av. Nações Unidas, 7163 - Bairro Pinheiros - São Paulo/SP - CEP 05425-070

Telefone: 3095-9595

GABINETE DO SUBPREFEITO - ATA CADES PINHEIROS - REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao 15º dia do mês de setembro de 2026 reuniram-se, virtualmente, os membros titulares convocados e suplentes convidados para a **nona reunião ordinária de 2026 do Conselho Regional de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz - CADES Pinheiros**, sob a **presidência da Coordenadora de Governo Local Francisca Henrique de Oliveira**. Participaram, conforme lista de presença, os **Conselheiros Titulares da Sociedade Civil**: Flávio Augusto Werner Scavasin, Maurício Ramos de Oliveira, Isaura Maria Ribeiro de Sampaio Leite, Rosanne Guiomar Brancatelli, Ulisses Demarchi Silva Terra, Celina Cambraia F. Sardão e Ana Lucia Slikta; **Conselheiros Suplentes da Sociedade Civil**: Francisco José Turra; **Subprefeitura de Pinheiros**: Francisca Henrique de Oliveira, Rosa Maria Castro Menegali e Norival Nunes Rodrigues Junior; **Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA**: Bianca Previato dos Santos Ganso; **Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas - SECLIMA**: Alessandro Bender; **Convidados**: Raquil Lange, Suzana Guinsburg Saldanha, Angela Baeder, Mila Maluhy, Ronaldo Bastos e Thomas C Wang;

Ausência Justificada: Ana Maria Wilhelm.

ASSUNTOS TRATADOS

1. Informes da Subprefeitura
2. Preparativos e estratégias da Prefeitura para o enfrentamento dos impactos climáticos - Alessandro Bender (SECLIMA)
3. Relato dos GTs
 - GT Carnaval Sustentável
 - GT Gestão de Resíduos
 - GT Plano de Bairro
 - GT Soluções Baseadas na Natureza - SbN
4. Rodada entre conselheiros e convidados para temas não tratados anteriormente

DESTAQUES

1. Alessandro Bender, coordenador-geral das políticas de mudanças climáticas da cidade de São Paulo, da Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas, destacou inicialmente que São Paulo tem uma estrutura pouco comum entre as cidades brasileiras, com uma secretaria especificamente dedicada às mudanças climáticas e um Plano de Ação Climática com horizonte até 2050. A Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas funcionaria como um elo de proteção desse plano, que não é um plano de gestão sujeito às conveniências de cada administração, mas um plano de governo que deve transcender as gestões. A cada mudança de governo podem ser feitas revisões técnicas, mas sem alterar seus objetivos fundamentais, pois mudanças sucessivas poderiam produzir o efeito de um “telefone sem fio”. O objetivo

central é levar a Prefeitura de São Paulo à emissão líquida zero de gases de efeito estufa até 2050, com metas intermediárias para diferentes períodos. A atual revisão do plano foi, segundo Bender, essencialmente técnica e se concentrou em duas frentes: atualizar o debate climático e aperfeiçoar metodologicamente as ações. O plano original continha objetivos importantes, mas alguns eram aspiracionais e não definiam claramente responsáveis, metas, locais, prazos e formas de execução. Como exemplo, citou a formulação de que seria importante plantar mais árvores, sem especificar quem plantaria, quais espécies, onde e até quando. Por isso, foi adotada metodologia amplamente utilizada na gestão de projetos, para transformar objetivos em metas e ações concretas e definir responsabilidades. Também foi feita uma repactuação com as secretarias municipais e a primeira versão envolvia 13 secretarias e a revisão já conta com 25 das 34 secretarias, com o objetivo de ampliar progressivamente o engajamento de toda a Prefeitura. O coordenador da SECLIMA ressaltou ainda que o próprio conceito de mudança climática mudou. Segundo ele, há alguns anos o debate era predominantemente meteorológico e hoje é social, envolvendo justiça climática e racismo ambiental. O conceito de adaptação e mitigação continua existindo, mas ganhou um terceiro eixo: a equidade, ou, numa linguagem mais compreensível para a população, a justiça climática. Não é possível tratar a cidade apenas pela média geral, porque diferentes territórios e populações são afetados de maneiras muito distintas. Um alagamento em Pinheiros, por exemplo, produz consequências diferentes de um alagamento na Cidade Tiradentes. Alessandro Bender citou também o episódio ocorrido na Penha envolvendo uma família de origem boliviana como exemplo de como a vulnerabilidade social, condições urbanas e clima podem se combinar e produzir impactos muito maiores. A justiça climática, portanto, passou a ocupar lugar consistente no Plano de Ação Climática. A Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas é apresentada como uma estrutura de articulação transversal dentro da Secretaria de Governo, responsável por inserir a variável climática nas diferentes políticas públicas. Segundo Bender, a secretaria atua articulando sociedade civil, empresas e diferentes órgãos municipais. Citou, como exemplo, a articulação com o Shopping Light para implantação de refúgios climáticos durante períodos de altas temperaturas e a participação em encontros com cerca de 20 cidades do Mercosul para discutir os impactos do El Niño na América do Sul. A partir dessas discussões, surgiu a proposta de analisar aproximadamente 60 planos municipais de São Paulo, cruzando-os para verificar como incorporam a variável climática. Também destacou o secretário José Renato Nalini, descrito como jurista, ex-desembargador, ex-presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo e ex-secretário de Educação, além de defensor ativo da agenda climática, especialmente da proteção dos recursos hídricos, diante do risco de uma emergência hídrica na cidade. Na estrutura das emissões de São Paulo, apontou aproximadamente 60% relacionados ao transporte, 30% à energia estacionária e 10% aos resíduos. Por isso, o transporte é uma das principais frentes de ação climática, especialmente por meio da eletrificação da frota de ônibus. A Prefeitura estabeleceu como meta chegar a 3.300 ônibus elétricos até o final da gestão e, segundo os números apresentados, a cidade já teria aproximadamente 1.890 ônibus elétricos, uma quantidade próxima à totalidade existente no restante do Brasil. A eletrificação, entretanto, enfrenta dificuldades de infraestrutura de recarga. Uma garagem com dezenas ou centenas de ônibus elétricos carregando simultaneamente poderia sobrecarregar a rede elétrica de um bairro, e a concessionária não responderia adequadamente às mudanças necessárias. Por isso, houve redução temporária do ritmo de implantação e busca de alternativas, entre elas o biometano e diferentes modelos de carregamento. Outro instrumento apresentado foi o Orçamento Climático. São Paulo estaria entre as poucas cidades que adotaram essa metodologia, que não significa criar um orçamento adicional para o clima, mas etiquetar os recursos públicos para identificar quanto do dinheiro municipal contribui para mitigação, adaptação ou outros objetivos climáticos. Assim como uma pessoa identifica quanto gasta com alimentação, transporte, aluguel ou telefone, a Prefeitura passou a identificar como cada gasto público se relaciona com a agenda climática. O trabalho está sendo desenvolvido em conjunto com as Secretarias de Planejamento e Fazenda e deverá permitir saber quais investimentos são efetivamente climáticos. Deu como exemplo os ônibus elétricos, enquanto observou que determinadas obras convencionais de drenagem podem não ser consideradas soluções climáticas quando existem alternativas baseadas na natureza. O orçamento climático

inicialmente trabalhava com mitigação e adaptação e agora começa a incorporar também a justiça climática, em parceria com Direitos Humanos, Fazenda, Planejamento e a área climática, para identificar recursos direcionados às populações mais vulneráveis. Outro grande eixo apresentado foi a prevenção de chuvas e tempestades. A Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas coordena essa política junto com a Defesa Civil. O antigo “Plano de Prevenção às Chuvas de Verão” deixou de ser restrito ao verão porque as chuvas passaram a exigir mobilização durante todo o ano. Depois de uma forte tempestade de vento ocorrida meses antes, explicou que o plano poderá passar a ser um plano de prevenção às tempestades, incorporando também eventos de vento, ciclones e eventualmente tornados, conforme alertas de pesquisadores como Carlos Nobre. A mudança climática não significa simplesmente que toda a cidade ficará mais quente, mas também uma intensificação e maior variabilidade dos fenômenos associados aos diferentes microclimas paulistanos. O coordenador criticou o uso midiático da expressão “super El Niño”, que considera alarmista e inadequada, comparando-a, de maneira bem-humorada, à ideia de que “o Godzilla vai chegar à cidade”. O impacto sobre São Paulo não depende simplesmente da intensidade do fenômeno, mas de sua permanência e interação com outros sistemas meteorológicos. Um El Niño muito forte pode ter impacto moderado, enquanto um fenômeno que permaneça estacionado pode impedir a entrada de frentes frias e provocar vários dias consecutivos de chuva ou calor, produzindo acúmulo de água no solo e aumentando riscos. A Prefeitura antecipou em cerca de um mês e meio o planejamento do plano de prevenção às chuvas justamente para se preparar para esse cenário. São Paulo possui 921 pontos classificados como R3 e R4 no Plano Municipal de Redução de Riscos, sendo R3 grave e R4 muito grave. O Jardim Pantanal foi citado como exemplo de território vulnerável e de operação emergencial. Relatou que, em uma situação anterior, foi necessário retirar 14 mil famílias em 48 horas e adquirir cerca de 50 mil colchões. A Secretaria de Esportes tornou-se parceira importante porque seus ginásios podem receber rapidamente a população deslocada. Também existe auxílio-aluguel de R\$ 1 mil por família durante seis meses. O manejo, entretanto, apresenta dificuldades de cadastro e organização das famílias e de preservação dos núcleos familiares. Nas escolas, por exemplo, seria possível manter uma família inteira na mesma sala, mas isso interfere no calendário escolar. Bender considerou a atuação da Defesa Civil muito eficiente, embora ressalte que alguns territórios antigos e conhecidos continuam precisando de soluções estruturais. Enfatizou que o El Niño não necessariamente aumentará a quantidade total de chuva ou a temperatura média, mas poderá concentrar chuva ou calor em períodos curtos e extremos. O mesmo raciocínio vale para as altas temperaturas: alguns dias extremamente quentes podem causar impactos muito maiores do que uma elevação uniforme da temperatura média. O plano de prevenção às chuvas foi antecipado e os planos de baixas umidades e altas temperaturas estão sendo integrados para atuação durante os meses mais quentes. Estudos e cruzamentos de informações do SUS, além de pesquisas de especialistas como Paulo Saldiva, indicam que os impactos climáticos atingem de forma mais intensa mulheres, pessoas negras, pessoas com mais de 60 anos e pessoas com menor escolaridade. Por isso, a discussão climática precisa incorporar gênero, raça, idade, renda e condições sociais. Alessandro Bender enfatizou que esse conhecimento está em construção e que a Prefeitura trabalha em parceria com universidades e centros de pesquisa. Citou o Instituto de Estudos Avançados da USP e a criação, em 2026, da Academia do Clima, apresentada como a primeira do Hemisfério Sul, além de parcerias com 11 universidades para formar voluntários capazes de atuar nas escolas com educação climática. Diferenciou educação ambiental, mais ampla, de educação climática, que precisa ganhar capilaridade. Mencionou ainda parcerias com a Universidade de Coimbra, FMU, FIA, FAAP, Mackenzie, Zumbi dos Palmares, INSPER, IBMEC e outras instituições. Enquanto parte da sua equipe trabalhava em Copenhague, ele próprio desenvolvia em Heliópolis, com pesquisadores como Paulo Saldiva, um projeto para transformar a Escola Gonzaguinha em refúgio climático. Para ele, a política climática não pode ser feita apenas em gabinete ou “no ar-condicionado”, sendo necessário conhecer os territórios. Como exemplo, propôs que técnicos percorressem a Linha Prata do monotrilho até Cidade Tiradentes para compreender concretamente a falta de espaço para arborização e as condições urbanas da periferia. A experiência de campo revela a enorme desigualdade entre diferentes “cidades” dentro de São Paulo, exemplificada pela diferença entre Cidade Jardim e

Cidade Tiradentes. O grande desafio climático é também um desafio de desigualdade. A situação da Penha e das famílias bolivianas foi novamente citada como exemplo de vulnerabilidade social associada às condições urbanas, tendo também apresentado o projeto do primeiro “CEU Verde de Esperança”, no CEU Perus. Perus enfrenta problemas associados ao Aterro Bandeirantes, próximo do limite de sua capacidade, e à fábrica de cimento Portland, que completou 100 anos. A Secretaria articulou lideranças locais, escolas e organizações sociais para transformar o CEU em um espaço de soluções baseadas na natureza, ampliar áreas verdes, formar professores e capacitar a comunidade para situações de emergência climática. Estão previstos sensores capazes de monitorar dezenas de variáveis climáticas, capacitação de professores e estudantes para acompanhar temperatura e qualidade do ar e uso dessas informações inclusive para decidir onde e como realizar atividades escolares em dias extremos. O projeto foi lançado sem custo direto para a Prefeitura, por meio de articulação, e reuniu cerca de 250 pessoas, com participação de povos indígenas do Jaraguá, que levaram milho sagrado da casa de reza para um plantio simbólico. Chamou esse tipo de intervenção de “acupuntura urbana”: ações localizadas em pontos estratégicos capazes de gerar transformação e sensibilização. A questão dos resíduos sólidos foi apresentada como outro eixo fundamental. A legislação municipal estabelece que grandes geradores devem ser responsáveis pela destinação de seus resíduos, mas essa obrigação não é adequadamente cumprida. Ressaltou que “grande gerador” não é apenas uma grande empresa, mas também o pequeno comércio, como o boteco da esquina. Como o sistema municipal não consegue simplesmente deixar de recolher esses resíduos, os caminhões acabam assumindo uma carga que deveria ser dos geradores. O coordenador da SECLIMA relatou a sua experiência no Largo da Batata durante o Carnaval, descrevendo um verdadeiro “mar de descarte” formado por garrafas PET e outros resíduos. Apesar de reconhecer a importância da arborização — e informar que São Paulo plantou cerca de 160 mil árvores em um ano, das quais aproximadamente 4 mil tiveram participação direta de sua equipe —, considera que, em determinadas regiões, o principal problema a enfrentar é o gerenciamento dos resíduos. Ele colocou a Secretaria à disposição para atuar nessa questão. Bender apresentou o projeto “Mutirão Brasil”, para mapear o ecossistema dos resíduos orgânicos das feiras livres, dos pátios de compostagem e das estruturas de transbordo. São aproximadamente 945 feiras cadastradas, além das informais, e é necessário entender por que algumas permanecem informais e se podem ser formalizadas. Para ele, os pátios de compostagem existentes são importantes, mas talvez insuficientes, e a solução pode envolver descentralização. Defendeu a possibilidade de capacitar feiras e criar infraestrutura mínima para separar e coletar a “xepa” de forma inteligente. No campo da logística reversa, destacou o conflito com a Fiesp, informando que a Prefeitura está cobrando que os setores empresariais assumam suas responsabilidades pela logística reversa, em vez de transferir o custo para o poder público e os aterros. Considerou até como positivo o fato de a Fiesp estar reagindo, pois isso estaria mostrando que estariam no caminho certo. Citou, ainda, o trabalho da ONU-Habitat sobre resíduos e o ecoponto têxtil implantado na região do Brás, Canindé e Pari, que passou de cerca de uma tonelada de resíduos têxteis por dia no primeiro mês para aproximadamente 35 toneladas diárias, ou cerca de mil toneladas mensais. Reafirmou que a agenda climática não é “climate washing” dentro da Prefeitura e que as equipes do Verde, das Subprefeituras e da limpeza pública tratam o tema seriamente. Também abordou a questão dos resíduos e dos incineradores ou Unidades de Recuperação de Energia. Em sua visão, essas unidades deveriam receber apenas o “restinho do restinho” que não tem outra possibilidade de aproveitamento. Considera um desperdício destruir materiais que ainda poderiam ser reutilizados ou reciclados, especialmente num mundo de recursos finitos. Citou o exemplo de diferentes tipos de resíduos misturados e observou que, em Copenhague, existem dez possibilidades diferentes de descarte. Também mencionou a questão do vidro, cuja reciclagem pode apresentar custos que fazem com que materiais descartados em outros países sejam importados, e defendeu mudanças em normas federais que favorecem esse tipo de distorção. Outro eixo foi a questão hídrica. Bender participa do Comitê de Segurança Hídrica e informou que representaria a Secretaria em suas reuniões. Ressaltou que algumas pessoas falam em “crise hídrica”, enquanto o secretário Nalini prefere falar em “emergência hídrica”. Em evento na Biblioteca Mário de Andrade, o debate chegou ao conceito de “habitabilidade” da cidade de

São Paulo, isto é, à pergunta sobre se será possível continuar vivendo na cidade diante dos impactos climáticos. Alessandro Bender também criticou a cultura de simplesmente esperar que o poder público resolva todos os problemas. Embora reconheça que o servidor público representa a face do Estado e deve receber demandas da população, afirmou que sociedade e setor privado também precisam mudar comportamentos. Nesse sentido, destacou as conversas sistemáticas com o Secovi sobre medidas que poderiam ser incorporadas às novas construções, como piscinas ou estruturas de retenção de águas pluviais, captação de chuva, jardins de chuva e ampliação de áreas verdes. Para ele, essas medidas representam pouco ou nenhum custo proporcional em empreendimentos de alto valor. Relatou uma história contada pelo Secretário Nalini sobre um porteiro que preferia cortar uma árvore em vez de conviver com a queda de folhas no condomínio, como exemplo de uma cultura que ainda precisa mudar. Alessandro Bender entende que parte da população já incorporou a agenda climática, enquanto outra parcela ainda não percebeu a transformação necessária. Por isso, a sociedade civil também precisa fiscalizar, pressionar e cobrar, não apenas atribuir todas as responsabilidades à Prefeitura. Ressaltou que a fiscalização é um desafio tanto para o poder público quanto para a sociedade, que muitas vezes presencia irregularidades e “passa o pano”. Sobre resíduos, mencionou ainda a complexidade dos catadores, que estão no limite entre profissionalização e informalidade, inclusão e exclusão social. Defendeu melhores condições, inclusive equipamentos de proteção individual, mas sem transformar automaticamente os catadores em funcionários públicos. Seria necessário fortalecer processos de autogestão cooperativa e criar mecanismos de mediação. Considerou positiva a atuação combativa de organizações como o “Pimp My Carroça”, porque o debate e o conflito fazem parte da construção da política pública. Criticou também a falta de estruturas adequadas para gestão de resíduos dentro dos próprios condomínios e prédios. Para ele, edifícios novos deveriam prever espaços e sistemas para armazenamento, separação e coleta de resíduos, em vez de transferir toda a responsabilidade para o espaço público. A Secretaria está provocando a SMU para avaliar mudanças na legislação nesse sentido. Considera que a resistência não é apenas uma questão de custo, mas também de falta de visão e de disposição para participar do debate. Retomou a ideia de que os impactos climáticos serão desiguais, mas eventualmente atingirão todos, inclusive bairros ricos. Utilizou como exemplo situações de alagamento em regiões valorizadas, onde pessoas podem estar em imóveis milionários, mas ainda assim enfrentar água, lixo e transtornos nas ruas. Por isso, defendeu que construtoras, incorporadoras, condomínios, Secovi e sociedade civil sejam provocados a incorporar medidas de prevenção e adaptação. Finalmente, destacou que a transformação climática dentro da Prefeitura está em curso, mas é gradual, comparando-a a uma grande fila de mil pessoas que começa a fazer uma curva: quem está na frente já sabe que mudou de direção, enquanto quem está no fundo ainda nem percebeu. Para ele, São Paulo está atravessando justamente essa transição e o papel da Secretaria é acelerar essa mudança, articulando órgãos públicos, universidades, empresas, comunidades e sociedade civil. Reforçou que a participação social é indispensável e que a democracia exige pressão, cobrança e mobilização independentemente de quem esteja governando. A mensagem central de sua fala foi que a agenda climática deixou de ser apenas uma questão ambiental ou meteorológica e passou a ser uma questão transversal de planejamento urbano, infraestrutura, saúde, habitação, transporte, resíduos, água, educação, desigualdade e justiça social; para enfrentar esse cenário, São Paulo precisa combinar metas de emissão zero, planejamento técnico, orçamento climático, prevenção de eventos extremos, soluções baseadas na natureza, descentralização da gestão de resíduos, refúgios climáticos, produção de dados, educação climática, atuação territorial e, sobretudo, participação ativa da sociedade civil. A apresentação de Alessandro Bender, já editada, está em <https://youtu.be/RdBfMPmuTNc?feature=shared>

2. Celina Cambraia F. Sardão relatou ter visitado, cerca de duas semanas antes, uma área na região mencionada como Palestina, destacando como aspecto positivo a preservação da área verde existente no local e a presença de uma nascente. Observou que esse tipo de preservação constitui uma exceção positiva diante de outras situações verificadas no território. Celina também chamou atenção para a questão do abastecimento de água da Zona Oeste,

afirmando que a região recebe água do Sistema Guarapiranga, e não mais do Sistema Cantareira, ressaltando a importância dessa informação para a discussão ambiental e territorial. Quanto à Praça Camille Chamoun, que adotou, lembrou que a encontrou em situação extremamente degradada, descrevendo-a como semelhante a um “estado de guerra”. Segundo seu relato, moradores em situação de rua que ocupavam o local teriam colocado fogo antes de sair, deixando grande quantidade de lixo e resíduos. Desde então, contudo, vem realizando um trabalho de recuperação e reflorestamento da área, mas apontou problemas que continuam prejudicando as mudas, sendo um deles a existência de uma área cimentada utilizada como estacionamento, perguntando se seria possível retirar essa parte pavimentada e recuperar a área verde. Também solicitou informações sobre a possibilidade de cercar a praça com alambrado para impedir a entrada de pessoas com carrinhos, veículos e outros usos que vêm provocando danos. Segundo ela, pessoas entram no local, colocam fogo em fios e acabam destruindo as mudas que estão sendo plantadas. Mencionou, ainda, a existência de um cambucá, que identificou como árvore ameaçada, apresentando parte queimada e seca, e pediu orientação sobre o que poderia ser feito. A conselheira também relatou um problema na calçada da Praça André Pucca e, segundo ela, a calçada foi executada com uma parte elevada, fazendo com que a água fique acumulada. Em resposta, a Coordenadora de Projetos e Obras - CPO, Rosa Maria Castro Menegali, explicou que a solicitação de cercamento deveria ser encaminhada ao gabinete do Subprefeito, que avaliaria a possibilidade de obter recursos, também informando que a Subprefeitura não dispõe, naquele momento, de recursos próprios para esse tipo de intervenção. Explicou que obras realizadas por meio da CPO e Supervisão Técnica de Projetos e Obras - STPO na Subprefeitura de Pinheiros, com a participação do engenheiro Niwton Gilberto de Jesus, dependem de recursos provenientes de emendas parlamentares ou de recursos destinados pelo Conselho Participativo Municipal - CPM. Caso contrário, seria necessário aguardar outra fonte de financiamento ou buscar uma emenda parlamentar de vereador que permita a realização da obra. Também questionada sobre trituração, a Coordenadora da CPO esclareceu que todas as Subprefeituras têm direito a dispor de um triturador, desde que haja recurso para isso. Naquele momento, porém, Pinheiros não tinha recurso disponível para adquirir ou utilizar o equipamento e que o contrato da prefeitura com a Potenza é diferente e mais completo do que o contrato disponibilizado às 32 Subprefeituras, já que permitiria a utilização de mais equipamentos, enquanto as Subprefeituras não possuem os mesmos direitos previstos naquele contrato, também esclarecendo que, no modelo mencionado, o recurso referente ao equipamento inclui também a mão de obra da equipe. O Coordenador Adjunto, por sua vez, registrou reconhecimento ao pronto atendimento da Coordenadora da CPO em duas ocasiões, recentemente, quando determinou que os problemas fossem solucionados no dia seguinte. Ressaltou que era um reconhecimento pelo fato de Rosa Maria Castro Menegali ouvir e atender às demandas apresentadas pelo CADES. Agradecendo, a coordenadora observou que ainda havia uma ação relacionada a uma árvore que permanecia pendente na Praça François Belanger, em razão das chuvas, explicando que havia sido combinado que a intervenção seria realizada em um sábado, quando o grupo de bikers que cuidam da praça poderia estar no local.

3. Isaura Maria Ribeiro de Sampaio Leite se referiu ao projeto envolvendo as cinco praças, apresentado pelo CADES Pinheiros. Observou que, ao longo do processo, o projeto teria sofrido alterações quanto ao número de praças abrangidas, mencionando que inicialmente eram cinco, depois três e que poderia chegar a quatro, conforme a disponibilidade e destinação dos recursos. Afirmou que tem insistido na necessidade de existência de termos de referência para cada projeto, principalmente quando forem contratadas empresas terceirizadas para realizar serviços de manejo especial. Manifestou preocupação com o fato de que, no projeto original, foram definidas formas de manejo e de intervenção, mas que essas definições não necessariamente estariam sendo transformadas em termos de referência ou memorial descritivo, que obrigassem a empresa contratada a executar exatamente aquilo que foi planejado. Também destacou que, em projetos de arquitetura e obras, normalmente existe um memorial descritivo indicando aquilo que se espera como resultado final e questionou se o mesmo princípio estaria sendo aplicado aos projetos de manejo das praças. A coordenadora da CPO explicou que, especificamente no projeto das cinco praças, posteriormente reduzido ou

reorganizado em função dos recursos do CPM, ela não acompanha diretamente a parte das obras junto ao engenheiro Niwton Gilberto de Jesus e ao pessoal do CPM. Por isso, recomendou que o grupo entre em contato diretamente com o CPM para saber se o projeto efetivamente prosseguirá.

4. Quanto à inauguração da revitalização da Praça José Carlos Burle, possivelmente depois das eleições, Isaura Maria Ribeiro de Sampaio Leite, como participante dos trabalhos pelo CADES Pinheiros, teria realizado uma vistoria no local e identificado diversas demandas, especialmente relacionadas à remoção de lixo e outras providências que dependeriam da Subprefeitura de Pinheiros. Informou que havia preparado uma lista de ações necessárias. Com isso, o Coordenador Adjunto observou que, pela Subprefeitura, Danilo Sidney Mattos também havia se comprometido a realizar uma vistoria na praça e solicitou que Isaura Maria Ribeiro de Sampaio Leite encaminhasse a sua lista para que as demandas pudessem ser adiantadas junto à Subprefeitura. A ideia seria que, quando fosse realizada a vistoria, já houvesse uma relação prévia das demandas identificadas.
5. O Coordenador Adjunto informou que o Conselho Participativo Municipal - CPM dispunha de uma verba de R\$ 3.950.000,00 - dos R\$ 10 milhões originais distribuídos pela prefeitura a cada um dos CPMs - que seria objeto de decisão entre 30 de setembro e 30 de outubro. Explicou que esses recursos seriam disputados pela comunidade para diferentes projetos e demandas, recomendando que o CADES Pinheiros acompanhasse atentamente e participasse dessa definição.
6. Maurício Ramos Oliveira informou que, em 20 de agosto, ocorreu, na Câmara Municipal, a primeira reunião do Fórum Municipal de Alternativas de Drenagem Urbana e Soluções Baseadas na Natureza, da qual participaram, inicialmente, apenas representantes do governo. Informou que o Fórum deverá ser aberto à participação da sociedade civil em novembro, convidando os coletivos interessados, especialmente representantes do Butantã, esclarecendo que posteriormente será divulgada a data definitiva para participação. Apresentou como segunda demanda a situação da horta da Biblioteca Anne Frank, relatando ter recebido informação de que a biblioteca estaria embaixo d'água em razão de vazamento no teto, havendo inclusive vídeo que registraria a entrada de água no prédio. Considerou a situação preocupante e questionou de que maneira o CADES Pinheiros ou a Subprefeitura representada por Rosa Maria Castro Menegali poderiam auxiliar, ficando registrada a necessidade de atenção da Subprefeitura de Pinheiros. Como terceiro ponto, relatou situação de risco na Praça Jacques Antoine, localizada na Rua Orós, próxima à curva anterior à escadaria, no lado esquerdo, onde haveria risco de deslizamento de terra, mencionando que situação semelhante teria ocorrido em 2018 ou 2019, com queda na região próxima à galeria de drenagem do Córrego das Corujas. Explicou que a praça possui uma área em auge em direção à Rua Pereira Leite, onde existe um bambuzal plantado com a finalidade de auxiliar na contenção da erosão e de possíveis deslizamentos, mas que, segundo a sua avaliação, o bambuzal não estaria sendo suficiente para conter a erosão. Solicitou que a existência do risco fosse registrada em ata, o que imediatamente recebeu a aquiescência do Coordenador Adjunto. O conselheiro apresentou, ainda, encaminhamento recebido da Associação Amigos do Jardim dos Jacarandás - AAJJ, destacando que a praça não necessita apenas de manutenção, mas de um projeto integrado de recuperação ambiental, paisagística e de uso público, considerando a existência de erosão próxima ao bambuzal, nascentes consideradas "sufocadas", a necessidade de realização de visita técnica urgente, avaliação da drenagem, verificação da estabilidade do terreno, análise das águas subterrâneas e investigação de possível relação com o Córrego das Corujas, recomendando-se que essas questões sejam avaliadas antes de qualquer obra de embelezamento ou a chamada revitalização.
7. Ronaldo Bastos relatou que Rosanne Guiomar Brancatelli havia tomado conhecimento, cerca de 15 dias antes, de seu trabalho voluntário, atuando como uma espécie de fiscal da natureza e utilizando o canal 156 para registrar solicitações e denúncias. Informou que, há aproximadamente um ano e meio, acompanha a situação das muretas e demais estruturas construídas ao redor das árvores, tendo conseguido intervenções em mais de 40 delas, número que acreditava já ter superado. Assim, passou a colaborar com uma lista mais ampla do CADES

Pinheiros junto à Subprefeitura para libertar as árvores, mediante a retirada de estruturas que prejudicam seu desenvolvimento. Agradeceu o convite para participar da reunião, destacou a importância de conhecer o funcionamento do Conselho e informou que avaliava uma futura participação como conselheiro do CADES ou CPM. Rosanne Guiomar Brancatelli relatou ter conversado anteriormente com o agrônomo da Subprefeitura Thiago Luis Docema, que considerou que algumas estruturas não apresentariam problemas, mas defendeu a necessidade de estabelecer um padrão de comportamento, pois, se determinadas muretas forem toleradas, outras pessoas poderão reproduzi-las, gerando uma situação em que algumas são retiradas e outras continuam sendo construídas. Rosa Maria Castro Menegali avaliou que o CADES Pinheiros deveria cobrar uma posição da SVMA, órgão que criou o Conselho, pois atualmente não existe uma legislação que determine, de maneira geral, a retirada ou a manutenção dessas estruturas. Segundo a Coordenadora da CPO, cada Subprefeitura acaba adotando critérios próprios, de acordo com a avaliação técnica de seus profissionais. Relatou que, inclusive por sua experiência como engenheira agrônoma, é contrária à retirada de algumas muretas, embora muitas sejam removidas porque a população solicita. Ressaltou que determinadas muretas podem ser úteis e que, enquanto não houver uma determinação normativa, respeita a avaliação técnica de profissionais como Thiago Luis Docema. Explicou que uma decisão adotada em Pinheiros pode ser diferente daquela tomada na Vila Mariana, no Butantã ou na Lapa, justamente porque cada unidade trabalha segundo sua própria avaliação do que considera adequado. Comparou a situação à legislação de calçadas, que nem sempre consegue ser aplicada literalmente em áreas com características topográficas muito diferentes, como Perdizes. Citou também o caso de árvores incompatíveis com o passeio público, como mangueiras e abacateiros, que permanecem em determinados locais por razões afetivas, embora tecnicamente não fossem adequadas. Defendeu, portanto, que a legislação precisa ser adaptada às situações concretas e que, para árvores já consolidadas, a avaliação deve considerar suas características e condições específicas. O Coordenador Adjunto informou que daria continuidade ao levantamento realizado pelo CADES Pinheiros, lembrando, entretanto, que existem casos que precisam ser avaliados pelo poder público. Citou, como exemplo, uma fotografia recebida mostrando uma solução com tijolos vazados ao redor da árvore, que considerou interessante e até benéfica para a entrada e vazão da água, demonstrando que nem toda estrutura ao redor de uma árvore necessariamente constitui um problema. Recordou que, em ocasiões anteriores, o engenheiro Claudio Roberto Alves de Araújo, da Subprefeitura, havia atendido muito bem às solicitações do CADES Pinheiros e, quando eram realizadas obras em determinadas ruas, aproveitava para identificar árvores em situação inadequada e retirar as muretas. Considerou, portanto, importante continuar o trabalho e encaminhar os casos para avaliação técnica da Subprefeitura, a quem cabe essa avaliação, uma vez que no CADES Pinheiros não temos agrônomos. Na sequência, o Coordenador Adjunto agradeceu a Ronaldo Bastos pelas fotografias anteriormente encaminhadas sobre as chamadas “árvores aprisionadas” e informou que o CADES Pinheiros já possuía uma relação de aproximadamente 50 árvores nessa situação, disponibilizada no link abaixo. Ronaldo Bastos afirmou possuir ainda mais registros, comprometendo-se a encaminhá-los.

https://docs.google.com/document/d/1vvvXVo4B0efgWvR4gpwx5ZLcOj1RduhXApgj6eLv9Bo/edit?usp=sharing&utm_source=chatgpt.com.

8. Em seguida, questionou-se a atuação da empresa Vex, mencionada em placas de adoção de jardins e pequenas praças em Pinheiros, tendo Ronaldo Bastos relatado que observa essas placas, inclusive em uma pequena praça na região da Rua Harmonia, mas não identificava a realização dos serviços de manutenção correspondentes, questionando se seria possível cobrar o cumprimento das obrigações assumidas na adoção. O Coordenador Adjunto explicou que a adoção de áreas públicas permite à empresa inserir sua marca no local, mediante responsabilidades de manutenção, como os cuidados com a grama. Isaura Maria Ribeiro de Sampaio Leite, por sua vez, esclareceu que a Vex atua nos segmentos de luminosos e publicidade, inclusive em estradas e pedágios, e que a adoção de pequenas praças poderia estar sendo utilizada como estratégia de marketing. Observou que algumas placas poderiam estar em situação irregular ou no limite da legalidade, especialmente em razão das dimensões das áreas adotadas e do uso de placas de duas faces. Rosanne Guiomar Brancatelli lembrou

que o assunto já havia sido discutido em reunião durante a gestão do então subprefeito Alan Nunes Cortez, quando foi informado que empresas interessadas aderiam pela internet e assinavam contrato ou termo de compromisso para realizar serviços como corte de grama, contribuindo para reduzir os trabalhos da Subprefeitura. Ressaltou que caberia ao poder público fiscalizar o cumprimento dessas obrigações e sugeriu que essa verificação fosse novamente solicitada. O Coordenador Adjunto concordou e mencionou que a questão poderia ser encaminhada ao setor responsável, lembrando a atuação anterior de Norival Nunes Rodrigues Junior no tema. Entretanto, ponderou que qualquer denúncia deveria ser precedida da verificação da legislação. Isaura Maria Ribeiro de Sampaio Leite acrescentou que seria necessário verificar se, em áreas muito pequenas, como canteiros e meios-fios, o tamanho das placas, especialmente as de duas faces, é compatível com a legislação. Celina Cambraia F. Sardão, por ser adotante de praça e ter formação em comunicação visual, relatou ter identificado problemas de diagramação na placa da Vex, inclusive com o logotipo praticamente ultrapassando os limites adequados, e afirmou que a peça não parecia seguir o padrão previamente aprovado pela Prefeitura. Destacou, contudo, que mais importante que a dimensão ou a estética da placa era verificar se a empresa efetivamente prestava os serviços previstos no termo de adoção. Relatou que, em algumas ocasiões, a Florestana acabava realizando roçada em áreas formalmente adotadas por empresas, o que poderia indicar falta de coordenação e permitir que o adotante utilizasse o espaço para divulgação de sua marca enquanto a manutenção permanecia a cargo do poder público. Disse ter observado situação semelhante em outro local, na região da Lapa, e ressaltou que a diagramação da placa é uma das primeiras etapas submetidas à aprovação no processo de adoção. O Coordenador Adjunto concordou que seria necessário consultar a Prefeitura para verificar a regularidade das placas, dos termos de adoção e da prestação dos serviços, reiterando que qualquer denúncia deveria ser baseada em fatos e na legislação vigente. Ronaldo esclareceu que sua principal preocupação não era o tamanho da placa, mas a ausência aparente da empresa na realização dos serviços de manutenção, com o que todos concordaram. Ronaldo Bastos informou que fotografaria a placa quando retornasse ao local e encaminhará as imagens ao Coordenador Adjunto, enquanto a conselheira Isaura sugeriu a elaboração de um dossiê sobre a Vex, reunindo fotografias, informações e eventuais irregularidades para subsidiar uma avaliação mais completa.

9. Rosanne Guiomar Brancatelli abordou a questão da Avenida dos Semaneiros, especialmente a proposta de utilizar o canteiro central para implantação de uma ciclovia e, conseqüentemente, retirar a ciclovia existente nas laterais. Informou que, por intermédio do Coordenador Adjunto do CADES Pinheiros foi encaminhado documento à Subprefeitura e à CET de apoio ao ofício do gabinete da vereadora Renata Falzoni, mas que, até aquele momento, não havíamos recebido resposta. Ressaltou a importância do tema diante da crise climática e questionou a decisão de retirar um canteiro central para criar vagas de estacionamento para um clube de Alto de Pinheiros e para uma igreja, considerando incoerente retirar uma área verde e impermeabilizá-la para implantar uma ciclovia onde já existem ciclovias nas duas laterais, inclusive com investimentos públicos já realizados. Rosa Maria Castro Menegali informou inicialmente que não tinha informações sobre o projeto da ciclovia na Avenida dos Semaneiros e que provavelmente Francisca Henrique de Oliveira poderia esclarecê-lo.
10. Suzana Guinsburg agradeceu a participação na reunião e o convite feito ao CADES Butantã. Propôs ampliar a articulação entre os três CADES da região Centro-Oeste — Pinheiros, Butantã e Lapa —, formando ou fortalecendo um grupo conjunto para tratar de demandas comuns. Explicou que já existe um grupo, mas defendeu a ampliação da participação para que os três Conselhos possam apresentar conjuntamente suas reivindicações, especialmente à Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, evitando que cada CADES trate isoladamente de questões que também interessam aos demais. Ressaltou a importância de construir maior coesão e atuação conjunta entre os CADES da Zona Oeste.
11. Francisco José Turra solicitou que ficasse registrado, em relação às caixas d'água nos empreendimentos e jardins de chuva, sugestão de que a abordagem junto às empresas também envolvesse diretamente os departamentos ou áreas responsáveis pela

sustentabilidade. Observou que, embora Alessandro Bender tivesse mencionado contatos com entidades e órgãos representativos, muitas empresas possuem áreas específicas de sustentabilidade que poderiam constituir importantes parceiras nessa agenda. Segundo o conselheiro, esses setores, muitas vezes, podem não ter conhecimento de que um investimento relativamente pequeno seria capaz de contribuir para a solução de problemas relevantes. Defendeu, portanto, que essas áreas sejam diretamente envolvidas e estimuladas a se tornar parceiras na discussão e na busca de soluções. Ao final, Francisco José Turra afirmou que não tinha outros pontos a acrescentar naquele momento e aproveitou para registrar que considerava a reunião, mais uma vez, excelente.

12. O Coordenador Adjunto informou o calendário das eleições dos CADES regionais, com inscrições a partir de 10 de novembro de 2026 e votação online entre 22 e 28 de fevereiro de 2027, considerando inadequado o longo intervalo entre a inscrição e a votação, especialmente por se tratar de um processo digital. Na oportunidade, lamentou também a ausência de retorno do Subprefeito Ygor Lucas Gomes da Costa aos e-mails encaminhados pelo CADES Pinheiros, referentes a encaminhamentos deliberados em reuniões anteriores, entre eles: em 09/09/2026, o pedido de informações sobre as obras em ruas com pavimentação de paralelepípedos; e, na mesma data, a solicitação para que a Subprefeitura de Pinheiros divulgasse, por meio de suas redes sociais, orientação pública sobre as estruturas inadequadas construídas ao redor das árvores existentes em calçadas, praças e demais espaços públicos.

DELIBERAÇÕES

1. Será encaminhado ao Coordenador da SECLIMA, Alessandro Bender, o Projeto Piloto de Carnaval Sustentável para a rua dos Pinheiros, elaborado pela conselheira Ana Lucia Slikta, conforme link https://docs.google.com/document/d/1LGXEdZzMG1V4K80e_XEq--QRuBheITR8/edit?usp=sharing&oid=104146163015901730877&rtopof=true&sd=true
2. Será dada continuidade à bem acolhida proposta de Suzana Guinsburg de ampliar a articulação conjunta entre os CADES de Pinheiros, Butantã e Lapa, inclusive por meio de grupo de comunicação e da identificação de demandas comuns a serem apresentadas conjuntamente à Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente e demais órgãos municipais.
3. Será solicitada visita técnica à Praça Jacques Antoine, com avaliação integrada das condições ambientais, paisagísticas, de drenagem, estabilidade do solo e eventual relação com o Córrego das Corujas.
4. Diante dos relatos de infiltração e entrada de água na Biblioteca Anne Frank, serão buscadas alternativas à solução do problema.
5. Isaura Maria Ribeiro de Sampaio Leite encaminhará ao CADES Pinheiros e à Subprefeitura a relação das demandas identificadas em vistoria que realizou na Praça José Carlos Burle, especialmente aquelas relacionadas à remoção de resíduos e demais providências necessárias para sua adequada inauguração da revitalização que está sendo concluída.
6. Considerando a existência de recursos remanescentes do CPM destinados a projetos no valor de R\$ 3.950.000,00, o CADES Pinheiros deverá acompanhar a destinação desses recursos, mantendo interlocução com o CPM para verificar a situação das propostas relacionadas às praças e demais projetos de interesse ambiental e urbano.
7. Será dada continuidade ao segundo levantamento realizado pelo CADES Pinheiros sobre muretas e demais estruturas inadequadas construídas ao redor de árvores, com encaminhamento dos casos à Subprefeitura para avaliação técnica individualizada. Paralelamente, diante das divergências de interpretação e da ausência de um padrão uniforme entre as Subprefeituras, ficou indicada a necessidade de levar a discussão à Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA, buscando-se uma orientação ou normatização municipal que estabeleça critérios objetivos para a instalação, manutenção ou retirada de muretas e outras estruturas nos berços das árvores.
8. Diante dos novos questionamentos apresentados sobre áreas adotadas pela empresa Vex, o CADES Pinheiros consultará a Subprefeitura para verificar os respectivos termos de adoção, as

obrigações assumidas pelos adotantes, a efetiva execução dos serviços de manutenção e a regularidade da publicidade instalada nos locais.

9. Será novamente encaminhado o questionamento anteriormente apresentado pelo CADES Pinheiros à Subprefeitura e à CET sobre o projeto de implantação de ciclovia no canteiro central da Avenida dos Semaneiros, incluindo a solicitação de manifestação formal quanto ao projeto, seus impactos ambientais e urbanos e à necessidade de supressão ou alteração do canteiro existente.
10. Haverá esforços do CADES Pinheiros para que haja maior efetividade das medidas de fiscalização e penalização diante do descarte irregular de resíduos e sobre os impactos provocados por obras e grandes geradores, especialmente o lançamento de concreto e outros materiais nas bocas de lobo e no sistema de microdrenagem.

Site do CADES Pinheiros: <https://linkfly.to/CADESPINHEIROS>

Conselheiros Titulares da Sociedade Civil:

Flávio Augusto Werner Scavasin
Maurício Ramos de Oliveira
Isaura Maria Ribeiro de Sampaio Leite
Rosanne Guiomar Brancatelli
Ulisses Demarchi Silva Terra
Celina Cambraia F. Sardão
Ana Lucia Slikta

Conselheiros Suplentes da Sociedade Civil:

Francisco José Turra

Subprefeitura de Pinheiros:

Francisca Henrique de Oliveira
Rosa Maria Castro Menegali
Norival Nunes Rodrigues Junior

Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas - SECLIMA:

Alessandro Bender

Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA:

Bianca Previato dos Santos Ganso

Convidados:

Raquil Lange
Suzana Guinsburg Saldanha
Angela Baeder
Mila Maluhy
Ronaldo Bastos
Thomas C Wang

Ausência Justificada:

Ana Maria Wilhelm



Norival Nunes Rodrigues Junior
Supervisor(a) Técnico(a) II
Em 13/10/2026, às 13:55.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **166846950** e o código CRC **9AE7233B**.